

Mudanças nas culturas urbanas da América Latina¹

Luiz Eduardo W. Wanderley*

Resumo

O texto contempla reflexões sobre a América Latina, os impactos da globalização sobre a cultura, a problemática urbana, os significados de culturas urbanas no nosso continente, mostrando a sua complexidade e questões derivadas. Indica, também, experiências inovadoras existentes na esfera cultural latino-americana, em especial na cidade de São Paulo.

Abstract

The article contemplates reflections about Latin America: the impacts of globalization over culture, the urban problematic, the meanings of urban cultures in this continent; showing its intricacy, and derived issues. The text also points out innovating existing experiences in the Latin America cultural sphere, particularly in the city of São Paulo.

Inicialmente é preciso apontar para a necessidade de muita cautela na formulação de hipóteses e generalizações que sejam aplicáveis à realidade da América Latina, tendo em vista a diversidade de espaços, tempos e forças sociais em cada Estado-nação. A realidade latino-americana é una e diversa. Se ela comporta características comuns, (modelo da colonização, lutas pela independência, planos de desenvolvimento associado, aplicação das medidas do Consenso de Washington etc.), ela se compõe simultaneamente de um mosaico

¹ Este artigo utiliza como referência básica um texto de minha autoria apresentado no *III Colóquio d'Animation Socioculturelle*, realizado em Lucerna (Suíça), em setembro de 2007 (no prelo).

* Departamento de Sociologia da PUC-SP, na qual foi reitor (1984-1988) e coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Publicou, dentre outros livros, *O que é universidade*, São Paulo, Brasiliense; *Educar para transformar*, Petrópolis, Vozes; *Democracia e Igreja Popular*, São Paulo, Educ; e, como co-organizador, *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*, São Paulo, Educ/Edunesp/Fapesp, 2005.

diferenciado de elementos provenientes dos modos como os povos construíram e estão construindo suas trajetórias de vida. Vale aqui a estratégia metodológica mais conveniente em tais casos, ou seja, análises concretas de situações concretas, mas, dado o impedimento de fazê-lo no âmbito deste trabalho, procurarei, apenas, salientar aqueles traços mais convergentes para a região.

Nos últimos anos, por força: das conseqüências negativas da desregulação do Estado e das privatizações das políticas públicas e sociais; da permanência e mesmo agravamento da pobreza, das desigualdades sociais, da exclusão social; dos desmandos (corrupção etc.) nas atividades políticas partidárias; do aumento da violência; além de outros fatos; aumentou o descontentamento das populações em geral, trazendo a expectativa de perspectivas de mudanças na esfera política, com acento na eleição de presidentes reformistas, alguns taxados de esquerda. A questão é se eles conseguirão realmente implementar reformas estruturais e projetos consistentes numa linha diferente.

Nessa ótica, dentre as várias pesquisas e controvérsias em curso na sociedade em geral, destaco alguns elementos de uma pesquisa que incide exatamente sobre a *construção democrática na América Latina* (Dagnino *et alii*, 2006). Partindo da constatação de que existe uma heterogeneidade do Estado e da Sociedade Civil, da concepção de espaço público que reflete a pluralidade social e política, e da noção de projetos políticos como “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino *et alii*: 38), os autores analisam três grandes projetos políticos.

O *projeto autoritário* que, além de sua versão tradicional (aplicado nas ditaduras), sustenta que não há separação entre a sociedade e o Estado, anula a cidadania e suprime os direitos políticos. O *projeto democrático-participativo* que enfatiza a radicalização da democracia, com ênfase na participação societária nos processos de decisão, na defesa do interesse público, no controle social sobre o Estado pela

accountability, no direito a ter direitos. E o *projeto neoliberal* que coloca o primado do Mercado, a garantia da expansão do capital internacional, a anulação de direitos, as políticas compensatórias (pela gestão técnica ou filantrópica).

Interessante trazer à baila, no referido livro, dos vínculos dos referidos projetos com a cultura. “[...] Os projetos políticos são construções simbólicas que mantêm relações cruciais com o campo da cultura e com culturas políticas específicas. Os atores que formulam e difundem os projetos políticos expressam, por um lado, um aprendizado normativo e impulsionam novos princípios culturais, mas, por outro lado, especialmente em suas práticas concretas, também reproduzem com freqüência, combinações peculiares de culturas políticas que expressam a coexistência e a tensão entre novos e velhos princípios culturais. [...] É preciso então examinar as diferentes culturas ou tradições políticas, algumas participativas e democráticas, outras clientelistas, corporativas e autoritárias, e as continuidades e rupturas que se manifestam nos intrincados e complexos processos culturais que constituem a construção democrática. É possível afirmar que cada tradição política gerou sua peculiar combinação de elementos participativos e autoritários” (Dagnino *et alii*: 28). Comentando as transições havidas, principalmente depois dos Estados de Segurança Nacional, com focalização na dinâmica da Sociedade civil, seguem esses comentários: “Dominantes em um momento determinado em certos setores da sociedade civil, as diferentes formas de cultura autoritária (faccionalismo, caudilhismo, clientelismo, autoritarismo, personalismo, falta de transparência) podem destruir as novas práticas cívicas, solidárias e participativas que emergiram depois das transições. Mais ainda, as práticas não-civis podem afetar seriamente a capacidade e legitimidade de alguns atores da sociedade civil de contribuir para os processos de democratização” (Dagnino *et alii*: 30).

Essa análise crítica, sobretudo, uma dimensão da democracia, ou seja, a da concepção dela como exercício de representação política no

campo do Estado, e agrega a necessidade de entendê-la também como modo de vida.

De minha parte, tenho defendido que a democracia deve abarcar pelo menos quatro dimensões: *político-institucional* (a chamada “regras do jogo” por Bobbio – eleições, partidos, maioria e minoria, direito de se candidatar e ser eleito etc.); *econômica* – todos poderem participar dos bens produzidos (houve avanços nesse sentido no Estado do Bem-Estar Social, o qual é quase inexistente na América Latina, e que alguns nomeiam pelo seu contrário, isto é, de Estado do Mal-Estar Social); *social* – participação nas deliberações e decisões que acontecem nas organizações e instituições, nas quais se está inserido (experiências de democracia direta e participativa são exemplos neste ponto); e *modo de vida* (compreendendo todas as relações que envolvem uma pessoa – família, escola, igreja etc.).

Cultura e culturas híbridas na América Latina

Um conjunto de elementos sobre a conceituação de cultura e sua dinâmica atual consta do texto (Wanderley, 2005). Parto, inicialmente, de algumas considerações constantes *do Relatório de Desenvolvimento Humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado* (Introdução e capítulo I). Situando a diversidade cultural como um dos principais desafios do nosso tempo, e trazendo a questão de como os Estados podem geri-la, o documento destaca: “A liberdade cultural é uma parte vital do desenvolvimento humano, porque a capacidade de uma pessoa escolher a sua identidade – quem ela é – sem perder o respeito dos outros, ou ser excluída de outras opções, é importante para uma vida plena. As pessoas querem liberdade para praticar abertamente a sua religião, falar a sua língua, celebrar a sua herança étnica ou religiosa sem medo do ridículo, de punições ou da diminuição de oportunidades. As pessoas querem a liberdade de participar na sociedade sem ter de prescindir das amarras culturais que escolheram”. Como assegurar a

unidade nacional no meio das diferentes culturas? Um tema complexo a ser aprofundado é o do multiculturalismo e das políticas multiculturais.

O texto mostra as dificuldades de separar a liberdade cultural das noções de tradição e conservação cultural, salientando como grupos querem manter o *status quo*, com a justificação na tradição, atuando como guardiões do tradicionalismo para congelar as culturas. “Cultura não é um conjunto cristalizado de valores e práticas. Recria-se constantemente, à medida que as pessoas questionam, adaptam e redefinem os seus valores e práticas em função da mudança das realidades e da troca de idéias”.

Um primeiro problema advém de procurar dividir a humanidade entre culturas e civilizações fixas e permanentes, na linha de um determinismo cultural, o que não corresponde à realidade. Um segundo problema se centra na idéia de que o Ocidente tem o monopólio da tolerância e da democracia, o que os fatos negam.

No tópico da *exclusão cultural*, que atinge todos os povos em maior ou menor escala, do tipo *limpeza étnica* que vivenciamos em passado recente, o documento indica duas formas de exclusão cultural: “A primeira é a exclusão do modo de vida, que nega o reconhecimento e a aceitação de um estilo de vida que um grupo escolheria e que insiste em que cada um deve viver, exatamente, como todas as outras pessoas da sociedade. Os exemplos incluem a opressão religiosa, ou a insistência em que os imigrantes abandonem as suas práticas culturais e a sua língua. A segunda é a exclusão da participação, quando as pessoas são discriminadas ou ficam em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e econômicas por causa de sua identidade cultural.” São conhecidos os processos perversos de nacionalismos, fundamentalismos, racismos, intolerâncias e discriminações diversas, frequentemente associados com a exclusão social, econômica e política, que exigem um pensar e agir conseqüentes de todas as pessoas lúcidas dos vários continentes. As afirmações constantes no texto explicitam, ainda, que a globalização vem ameaçando as identidades nacionais e locais; essa situação requer uma

expansão das liberdades culturais, um reforço das oportunidades construtivas que as culturas locais têm (e podem ser ajudadas a ter), para se protegerem e resistirem à invasão cultural, assegurando assim o desenvolvimento humano.

Canclini (2003) resgata a noção de cultura estabelecida entre os anos 60 e 80 do século XX, como designando “os processos de produção, circulação e consumo da significação da vida social”, que apresenta virtudes. Mas, para dar conta da interculturalidade, cita a contribuição de Appadurai, indicando que “o cultural facilita falar da cultura como uma dimensão que refere ‘diferenças, contrastes e comparações’, permite pensá-la ‘menos como uma propriedade dos indivíduos e dos grupos e mais como um recurso heurístico que podemos usar para falar da diferença’” (Canclini, 2003: 57). E traz a contribuição de Jameson: “a cultura deve, portanto, ser apreciada como um veículo ou meio pelo qual a relação entre os grupos se efetua” (*apud* Canclini, 2003: 57). Tudo isto, para afirmar a importância do imaginário urbano e midiático, dado pelas metáforas e narrativas. “Em suma: o cultural abrange o conjunto de processos mediante os quais representamos e instituímos imaginariamente o social, concebemos e administramos as relações com os outros, ou seja, as diferenças, ordenamos sua dispersão e sua incomensurabilidade por meio de uma delimitação que flutua entre a ordem que possibilita o funcionamento da sociedade (local e global) e os atores que a abrem ao possível” (Canclini, 2003: 57-58).

Vale resgatar as reflexões fecundas de Paulo Freire, em sua concepção da *ação cultural para a liberdade*. “Enquanto a ação cultural para a libertação de caracteriza pelo diálogo, ‘como selo’ do conhecimento, a ação cultural para a domesticação procura embotar as consciências. A primeira problematiza, a segunda ‘sloganiza’. Desta forma, o fundamental na primeira modalidade de ação cultural, no próprio processo de organização das classes dominadas, é possibilitar a estas a compreensão crítica da verdade de sua realidade” (Freire, 1976: 81). E seu método educativo de formação pela conscientização, que

implica no diálogo profundo entre educador e educando, na comunhão entre os líderes e as massas populares.

Canclini (1995: 24-25) sintetiza em cinco processos a nova *cena sociocultural*:

- a) Um redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício do público: perda de peso dos organismos locais e nacionais em benefício dos conglomerados empresariais de alcance transnacional.
- b) A reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos: dos bairros aos condomínios, das interações próximas à disseminação policêntrica da mancha urbana, sobretudo nas grandes cidades, nas quais as atividades básicas (trabalhar, estudar, consumir) se realizam a miúdo longe do lugar de residência e nas quais o tempo empregado para percorrer lugares desconhecidos da cidade reduz o disponível para habitar o próprio.
- c) A reelaboração “do próprio”, devido ao predomínio dos bens e mensagens procedentes de uma economia e uma cultura globalizadas, sobre os gerados na cidade e na nação às quais se pertence.
- d) A conseguinte redefinição do sentido de pertença e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais, e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores (os jovens em torno do rock, os usuários televisivos que seguem os programas de CNN, MTV e outras cadeias transmitidas por satélites).
- e) A passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão como consumidor interessado em desfrutar uma certa qualidade de vida. Uma das manifestações dessa mudança é que as formas argumentativas e críticas de participação cedem seu lugar ao gozo de espetáculos nos meios eletrônicos, nos quais a

narração ou simples acúmulo de anedotas prevalece sobre a argumentação dos problemas, e a exibição fugaz dos acontecimentos sobre seu tratamento estrutural e prolongado.

Numa colocação sintética, Canclini estabelece que: “A novidade da segunda metade do século XX é que essas modalidades audiovisuais e massivas de organização da cultura foram subordinadas a critérios empresariais de lucro, assim como a um ordenamento global que desterritorializa seus conteúdos e formas de consumo. A conjunção das tendências desreguladoras e privatizadoras com a concentração transnacional das empresas reduziu as vozes públicas, tanto na “alta cultura” quanto na popular. Essa reestruturação das práticas econômicas e culturais conduz a uma concentração hermética das decisões em elites tecnológicas-econômicas e gera um novo regime de exclusão das maiorias incorporadas como clientes [...] no momento em que estamos saindo do século XX as sociedades se reorganizam para fazermos consumidores do século XXI e regressarmos como cidadãos ao século XVIII”.

Notas sobre o urbano

As concepções sobre o urbano, a cidade, o local, o território, são elaboradas por autores de distintas correntes e posições. Para os objetivos desse texto, uma dada visão das cidades pode ser encontrado na publicação *Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos* (válido para o Brasil, mas que pode ser difundido para os demais países). Nele comparece a seguinte colocação: “A cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nesta está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se inter-relacionar, de se organizar em torno do bem estar comum, de produzir e trocar bens e serviços; de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona.

Todos buscamos uma cidade mais justa e mais democrática, que possa de alguma forma, responder à realização de nossos sonhos” (Câmara, 2001: 17). O estatuto é resultado de anos de tramitação e se transformou em lei, aprovada pelo Congresso Nacional, com o número 10.267, em vigor desde 10 de outubro de 2001, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana, com o objetivo principal de desenvolver plenamente as funções sociais da cidade, e garantir o direito a cidades sustentáveis.

Ele se centra na implantação do denominado *Plano Diretor*, instrumento básico da política municipal de desenvolvimento (artigo 182 & 4º do texto da Constituição de 1988). Tentando romper com a idéia difundida de separação do planejamento urbano (esfera técnica) e de sua gestão (esfera política), o documento defende que a cidade é produzida por uma multiplicidade de agentes que alcancem um pacto que corresponda ao interesse público.

A Carta Mundial do Direito à Cidade

O direito à cidade progressivamente foi internacionalizado. Iniciou-se com a elaboração da Carta Mundial do Direito à Cidade, inspirada na Carta Européia dos Direitos Humanos na Cidade (Fórum das Autoridades Locais, em Saint Dennis, 2000), e o Tratado “Por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, Democráticos e Sustentáveis” (plataforma brasileira).

O Fórum Mundial foi o palco de disseminação dessa plataforma, que adquiriu consistência no Fórum Social das Américas (Quito), e no Fórum Urbano Mundial (Barcelona). Passando por revisões, a Carta Mundial adquiriu nova versão. Citando um resumo do seu significado e dos princípios orientadores, Saule Jr. (2005) destaca como princípios do direito à cidade: gestão democrática da cidade; função social da cidade, função social da propriedade, exercício pleno da cidadania; igualdade, não discriminação; proteção especial de grupos e pessoas vulneráveis; compromisso social do setor privado; impulso à economia solidária e a políticas impositivas e progressivas. “O Direito à Cidade na Carta

Mundial é compreendido como o direito ao usufruto eqüitativo das cidades, dentro dos princípios de sustentabilidade e justiça social. É compreendido como um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere a legitimidade de ação e de organização, com bases nos seus usos e costumes, com o objetivo de alcançarem o pleno direito à um padrão de vida adequado. É um direito interligado e interdependente de todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente. De acordo com a Carta, todas as pessoas devem ter direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural. A Carta denomina cidade, toda vila, aldeia, capital, localidade, subúrbio, município, povoado organizado institucionalmente como uma unidade local de governo de caráter municipal, ou metropolitano, seja urbano, semi-rural ou rural. A cidade é compreendida como um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado, que pertence a todos os seus habitantes. A Carta considera como cidadãos(ãs) todas as pessoas que habitam de forma permanente ou transitória as cidades” (Saule Jr., 2005: 42).

Efeitos da globalização no plano cultural.

Uma questão de fundo se foca na constatação de que a *globalização hegemônica* articula as mudanças em curso nos planos econômico, político, social e cultural; e questiona-se se ela está conduzindo à homogeneização e tendendo a uma cultura global; ou fortalecendo a diferenciação e fragmentação. Para Sousa Santos (2002: 49), “no domínio cultural, o consenso neoliberal é muito seletivo. Os fenômenos culturais só lhe interessam na medida em que se tornam mercadorias que, como tal, devem seguir o trilho da globalização econômica”. No caso latino-americano, surgiram fraturas e tendências avassaladoras de homogeneização por efeitos do modo de vida norte-americano, que se expressa nos filmes, na música, na literatura, no uso do inglês, e é potencializado pela mídia. Para muitos, principalmente,

na classe empresarial, na classe política, e com repercussão enorme na opinião pública, pertencer ao “Primeiro Mundo” significa seguir o modelo dos Estados Unidos.

Refletindo sobre as mudanças ocorridas com a globalização, e se constituem os processos de modernização na América Latina, é válida a perspectiva adotada por Martin-Barbero (*apud* Domingues e Maneiro, 2006: 38-39). “Ao falar de *novas culturas urbanas*, mencionamos especialmente as profundas mudanças que hoje afetam as *maneiras de estar juntos*. Essas mudanças correspondem a processos de urbanização selvagem, acelerados e estreitamente ligados aos imaginários de uma modernidade identificada com a velocidade dos fluxos e com a fragmentação das linguagens da informação”. Ele aponta o fato da desurbanização, ou seja, segmentos populacionais que perderam os referenciais culturais e se sente insegura “usa menos a cidade, restringe os espaços em que se move, os territórios em que se reconhece, tendendo a desconhecer o resto” [...] O mundo popular se insere na dinâmica urbana através das transformações na vida do trabalho, da identificação das ofertas culturais com os meios de comunicação de massa e dos progressos dos serviços públicos [...] Os bairros são o âmbito onde sobrevivem, misturados, autoritarismos feudais e a horizontalidade tecida do rebuscado e na informalidade urbanos”. Analisando o que denomina de *novas comunas urbanas*, principalmente de jovens cuja socialização é diferenciada; “nem os pais constituem mais o padrão de conduta, nem a escola é o único lugar do saber, nem o livro é mais o eixo que articula a cultura” (Martin-Barbero *apud* Domingues e Maneiro, 2006: 41).

Numa colocação sintética, Canclini (1995: 25) estabelece que: “A novidade da segunda metade do século XX é que essas modalidades audiovisuais e massivas de organização da cultura foram subordinadas a critérios empresariais de lucro, assim como a um ordenamento global que desterritorializa seus conteúdos e formas de consumo. A conjunção das tendências desreguladoras e privatizadoras com a concentração transnacional das empresas reduziu as vozes públicas, tanto na “alta

cultura” quanto na popular. Essa reestruturação das práticas econômicas e culturais conduz a uma concentração hermética das decisões em elites tecnológicas-econômicas e gera um novo regime de exclusão das maiorias incorporadas como clientes [...] no momento em que estamos saindo do século XX as sociedades se reorganizam para fazermos consumidores do século XXI e regressarmos como cidadãos ao século XVIII”.

Face ao exposto, quero enfatizar a seguir os processos e mecanismos que estimulam e favorecem a *globalização contra-hegemônica*. Os termos mais difundidos são os de uma *globalização de resistência*, ou numa ótica mais proposicional, de *globalização contra-hegemônica*. Se a conceituação de globalização (como demonstrado no texto de Wanderley, 2006) é amplamente complexa, do mesmo modo, a de globalização hegemônica (aquela que tem a direção intelectual e moral, e mesmo a direção política) é plena de ambigüidades, contradições, deslizamentos semânticos; a menos conhecida *globalização contra-hegemônica* (aquela que não aceita e recusa a atualmente dominante, propondo uma alternativa de âmbito global) enfrenta maiores obstáculos para ser conceituada.

Algumas propostas em execução pelo mundo apontam nessa direção: a) *plano econômico* – formas de propriedade (coletiva, autogestionária, comunitária), economia solidária, orçamento participativo, renda universal etc.; b) *plano político* – democracia participativa e direta, parcerias entre Estado e Sociedade Civil (Conselhos Gestores, Conferências, Audiências Públicas etc.); c) *plano social* – protestos mundiais, pressões de ONGs internacionais, participação ativa de setores organizados em movimentos e ONGs etc.; d) *plano cultural*, o reconhecimento recíproco entre identidades e culturas distintas (partilhas em identidades duais, híbridas, inter e trans-identidades) etc.

No plano cultural, as propostas de maior monta englobam perspectivas teóricas e práticas concretas que discutem o multiculturalismo: “[...] baseado no reconhecimento, respeito e

reciprocidade das identidades – incluída a ‘síndrome da identidade múltipla’ –, de modo a evitar a oposição, exclusão e violência que têm permeado constantemente as relações internacionais no passado e ainda no presente” (Scholte, *apud* Gómez, 1996: 58); o respeito à diferença; a inculturação (baseada no diálogo entre culturas) em oposição à aculturação (dominação de uma cultura sobre outra).

Na América Latina, e repercussões fortes no Brasil, são de se salientar as propostas de defesa e reconhecimento de identidades culturais específicas, tais como, a dos indígenas, a dos negros, a de gênero. Se entendermos identidade como fonte de significado e experiência (de uma pessoa, grupo, movimento, povo), em sua construção pode-se situar: a *identidade legitimadora* – derivada das instituições dominantes; a *identidade de resistência* – criada pelos dominados e explorados, como as comunidades; a *identidade de projeto* – que busca gestar uma nova identidade para transformar a sociedade. Os altermundistas na esfera mundial, e os movimentos de mulheres, de negros, de índios, nas esferas nacionais e locais, estão construindo essa identidade de projeto.

No plano da *educação popular*, externa às escolas, atuam redes expressivas (por exemplo, o Conselho de Educação de Adultos da América Latina – CEAAL) e entidades nacionais e locais de grande repercussão. Neste tópico, são válidas algumas colocações sobre as *relações entre a educação popular e a cultura popular*, uma temática inovadora e criativa na América Latina. Indicando que a educação popular é um *fenômeno sociocultural*, um analista explicita que ela “[...] faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora. [...] Entre elas, há práticas que articulam o micro e o macro, o local e o global, que vinculam dimensões organizadoras, investigadoras, pedagógicas e comunicativas em um mesmo processo dinâmico integral e transdisciplinar. Há outras restritas aos trabalhos grupais e comunitários, concentradas em alguma dimensão particular e sem uma explícita visão de complexidade. [...] São, enfim, práticas e

propostas teórico-metodológicas carregadas de empenho e utopia que atuam respondendo a necessidades concretas e imediatas, ao mesmo tempo em que aspiram à construção de novas relações humanas” (Holliday *apud* Unesco/CEAAL, 2005: 241-242).

Numa abordagem crítica das interpretações e movimentos de cultura popular surgidos na década de 1960, no continente latino-americano, Carlos Rodrigues Brandão traz uma contribuição valiosa para a reflexão. Contextualizando noções clássicas, “formação de cidadania”, “conscientização”, “prática educativa progressista”, “pedagogia do oprimido” (que são contempladas nas obras de Paulo Freire); “cultura de classe”, “diferenças culturais”, “lugar das culturas”, “questão ambiental”, “cultura nacional”, entre outras (analisadas em textos mais atuais da antropologia e da educação); esse educador destaca: as culturas indígenas e dos negros, as dos camponeses, os novos sujeitos sócio-culturais (envolvidos, por exemplo, na questão dos direitos humanos). Esses sujeitos, participando em movimentos sociais, buscam a afirmação de diferenças culturais de identidade, de *ethos*, de estilo de vida e de projeto peculiar de destino social (*apud* Unesco/CEAAL, 2005: 359-260).

No âmbito cultural, visualizando uma região específica, no caso o Mercosul, se não há uma coordenação de políticas culturais, algumas iniciativas têm mostrado as potencialidades existentes para uma integração mais efetiva. O documento importante para a integração cultural do Mercosul é o Protocolo de Integração Cultural (CMC 11/1996). O Protocolo reconhece que “a cultura constitui um elemento primordial dos processos de integração”, estabelece que “os estados-parte se comprometem a promover a cooperação e o intercâmbio entre suas respectivas instituições e agentes culturais” (artigo 1), priorizando as “ações culturais que expressem as tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países membros do Mercosul” (artigo 2). Uma iniciativa diz respeito ao aumento expressivo de cursos de língua espanhola no Brasil, e a recíproca é verdadeira para a língua portuguesa nos demais países (caso da Argentina), ainda que com

menos vigor nos demais países. Na área artística, o intercâmbio de artistas de teatro, cinema, dança tem se intensificado. Ainda que não haja uma atenção maior às indústrias audiovisuais, existem iniciativas do tipo: tratamento aduaneiro especial para produtos culturais (GMC 122/96); bolsas para jovens artistas; programa de intercâmbio de jovens escritores; mostras itinerantes de fotografia; edições co-financiadas de escritores relevantes do Bloco; estabelecimento da Casa do Mercosul Cultural em Colônia, Uruguai; iniciativas relacionadas com a preservação do patrimônio histórico comum. Algumas destas iniciativas também ocorrem em determinados países do continente.

Considerando a realidade brasileira e escrevendo sobre a cultura na cidade de São Paulo, Miranda (2000: 110) vai dizer que “os espaços culturais multifuncionais, com atividades diversificadas e democratizadas, poderão constituir-se na função urbana capaz de evitar a nova barbárie representada pelo domínio da ciência e da tecnologia, pelo excesso de informação impessoal e pelo consumo, porque a cultura é o campo da sociabilidade face-a-face, da criatividade, das emoções, da invenção e do imaginário. Várias experiências mostram que a arte, a sociabilidade, o esporte e as atividades comunitárias em geral têm importante papel na recuperação da auto-estima e da identidade dos cidadãos e, por isso, atuam como elementos de reorganização do espaço urbano, substituindo comportamentos culturais segregados e baseados em auto-soluções por comportamentos de civilidade, tolerância, convivência e cooperação”.

Na linha de ampliar essa sociabilidade e integrar segmentos populacionais ignorados e marginalizados, algumas experiências culturais de São Paulo são significativas, e com repercussões no continente.

Uma referência diz respeito a projetos da ONG *Ação Educativa*, que atua com a juventude e a cultura da periferia, na Região Metropolitana de São Paulo (que engloba a cidade de São Paulo e seu entorno, formado de vários municípios). Ela constituiu o *Grupo Cultural da Periferia*, que desenvolveu diversos projetos: *Ação Afro-Juvenil* –

empreendimento de produção de papelaria reciclada com estética afro, visando a geração de trabalho e renda. O projeto *Video: Cultura e Trabalho*, com oficinas de aperfeiçoamento e produção de vídeos, que contou com a colaboração de outras instituições. O projeto *Centro de Mídia Juvenil* e estações de trabalho para jovens (que contam com sala de reuniões, uma ilha de edição, uma bancada de trabalho com computadores e impressora, além de uma midiateca constituída de livros, dvds, cd-rooms e vídeos disponíveis para empréstimo e uso dos jovens). O relatório de atividades da ONG, no ano de 2006, valoriza estas atividades e faz uma avaliação de seus limites.

Além de ajuda na publicação de textos e livros produzidos por pessoas da periferia, a Ação Educativa elabora um *Guia Cultural da Periferia*, voltado para a própria periferia e nela distribuído. O objetivo principal é o de contribuir para a construção da cidadania cultural de setores sociais marginalizados, dando um sentido político de mobilização social. Espera-se, também, que o Poder Público reconheça essa criação da periferia e crie políticas públicas, levando cultura para a periferia e concomitantemente estimule a produção cultural nela existente. Basicamente, o projeto cobre atividades de Hip Hop, Rodas de Samba de Comunidade, Grafite e Literatura Periférica. Nos primeiros dois números foram recebidos cerca de 100 eventos, e publicados 73 deles.

Outra ONG de São Paulo mantém uma área de cultura – o *Instituto Pólis*. Nas palavras de seu coordenador “a miséria de determinadas regiões da cidade é também cultural. O jovem precisa de um espaço que sinta que é seu, com o qual se identifique [...] não temos no município uma tradição de descentralização cultural, não apenas de equipamentos, mas de iniciativas, de criatividade, de trabalho, que garanta a autonomia dos grupos locais” (Problemas Brasileiros, 2004: 18-19).

Na mesma publicação, são indicadas iniciativas governamentais: o Conselho Municipal de Cultura; o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais; o Sistema Municipal de Apoio à Cultura; todos

com problemas em função das gestões sucessivas, algumas as apoiando e outras as ignorando.

Interessante constatar pesquisas nesta área, por exemplo, as feitas pelo Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo-USP, que mostram que nas regiões nas quais o investimento governamental para a cultura é pequeno, o número de mortes de jovens é maior. O que leva à afirmação de que “o déficit de espaços públicos de cultura e lazer tem influência direta nos índices de violência urbana” (Problemas Brasileiros, 2004: 17).

Bibliografia

- AÇÃO Educativa (2007). Agenda cultural da Periferia. São Paulo: *Revista Ação Educativa*, n. 1/2, mai./jun.
- CÂMARA dos Deputados, Comissão de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa Econômica Federal, Instituto Pólis (2001). *Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- CANCLINI, Néstor Garcia (1990). *Culturas híbridas*. México: Grijalbo.
- _____ (1995). *Consumidores y ciudadanos – conflictos multiculturales de la globalización*. México: Grijalbo.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (orgs.) (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp.
- DOMINGUES, José Maurício e MANEIRO, Maria (orgs.) (2006). *América Latina hoje – conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREIRE, Paulo (1976). *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GÓMEZ, José Maria (1998). “Globalização, Estado-Nação e cidadania”. In: *Contexto Internacional*, Vol. 20, n. 1, jan./jun. Rio de Janeiro: IRI/PUC-RJ.
- MARTIN-BARBERO, Jesus (2006). “Projetos de modernidade na América Latina”. In: DOMINGUES, José Maurício e MANEIRO, Maria (orgs.) (2006). *América Latina hoje – conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PROBLEMAS Brasileiros (2004). São Paulo: *Caldeirão Fervente*, n. 361, Ano XLI, jan./fev.
- SAULE JR. Nelson (2005). “O direito à cidade como paradigma da governança urbana democrática”. In: *Mobilização cidadã e inovações democráticas nas cidades*. São Paulo: PÓLIS.
- SOUSA SANTOS, Boaventura (org.) (2002). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

Mudanças nas culturas urbanas da América Latina

UNESCO, MEC, CEAAL (2005). *Educação popular na América Latina - desafios e perspectivas*. Brasília.

_____ (2006). “Ampliação do impacto cultural”. In: CARBAJAL ARREGUI, C, BELFIORE WANDERLEY, M. (orgs.). *Colóquio de animação sociocultural*. São Paulo: IEE/PUC-SP.